

Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA (COM EDUARDA ESPOSITO)
carlosalexandre.df@dabr.com.br

Aécio na área

Com a decisão, divulgada ontem, de disputar a corrida eleitoral para o Senado por Minas Gerais, Aécio Neves (PSDB-MG) deixou a disputa mais embaralhada. Ele diz que cedeu à pressão do partido, de empresários e de lideranças regionais para voltar às urnas. A mudança de nome dos partidos é permitida até 15 dias antes da eleição.

Concorrentes

Segundo as pesquisas de intenção de voto, a ex-prefeita de Contagem Marília Campos (PT) lidera a disputa para o Senado. A segunda vaga tem como postulantes Carlos Viana (PSD), Domingos Sávio (PL) e Marcelo Aro (PP), entre outros.

Plano B

A reviravolta com a candidatura de Aécio veio na sequência dos rumores, no início da semana, de que outro mineiro poderia mudar a rota eleitoral: Romeu Zema, candidato do Novo ao Planalto. Nos bastidores, comenta-se a possibilidade de ele optar por concorrer ao Senado aos 45 do segundo tempo.

E o Fundo Eleitoral, hein?

Perto de R\$ 5 bilhões, o Fundo Eleitoral é insuficiente para bancar o teto das candidaturas a todos os postulantes a cargo público. E a insatisfação começou a ganhar voz. No Rio Grande do Norte, o candidato a deputado estadual Ivan Baron — que subiu a rampa durante a posse de Lula, em 2023, representando os brasileiros com deficiência — recebeu apenas R\$ 24 mil para a sua campanha.

Esquece isso aí

Está em declínio a ideia de aprovar um projeto de lei ordinária que regulamentaria as jornadas especiais de trabalho após a aprovação do fim da escala 6 x 1. Parlamentares ouvidos pela coluna explicam que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) já prevê redefinições de jornadas pelas convenções trabalhistas e ressaltam que foi por causa de uma demanda dos empresários que essa possibilidade foi resguardada.

Desejo e realidade nas Forças Armadas

Na rodada de entrevistas realizada pelo Jornal Nacional, o candidato Renan Santos (Missão) defendeu que o Brasil precisa de uma bomba atômica para se fazer respeitado — ou temido? — pelas demais potências mundiais. Para uma declaração desse porte, convém fazer dois reparos. O primeiro: seria preciso mudar a Constituição brasileira, que determina o uso de energia nuclear apenas para fins pacíficos. O segundo: não há possibilidade de os Estados Unidos permitirem um programa nuclear militarizado em um país vizinho que mantém relações amistosas com a China e a Rússia.

De todo modo, o fortalecimento militar do Brasil não constitui um disparate. Pelas dimensões que possui e em razão das ameaças externas e internas ao território nacional, é pertinente ampliar o poderio militar do país. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva mencionou essa necessidade recentemente, ao comentar que é preciso “preparar o país não para a guerra, mas para a paz”. O problema é ter um orçamento para executar tal tarefa. Na realidade fiscal de hoje, essa possibilidade simplesmente não existe.



Caso a caso

Há quem diga que, se algum setor não conseguir se ajustar por meio de convenção, seria o caso do Congresso de se debruçar sobre a dificuldade e aprovar eventuais ajustes. Dois setores podem precisar dessa revisão: telesserviço e jornalismo, por terem apenas 30 horas em seis dias, mas que reduzirá para 25 horas em cinco dias caso a PEC do fim da escala 6 x 1 seja aprovada.

Isonomia entre os produtos

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Para agradar o setor, é possível que a relatora da medida provisória da taxa das blusinhas, Leila Barros (PDT-DF, **foto**), insira no texto uma conformidade entre produtos brasileiros e estrangeiros. Ou seja, os comprados pelas plataformas terão de passar pelas mesmas exigências de produção, fiscalização e autorização que os nacionais — como, por exemplo, produtos que precisam de aval da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). É uma sugestão para facilitar o consenso com a indústria brasileira.

Sob nova direção

O ex-secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente e ex-presidente do Sebrae Nacional Sérgio Moreira assume a direção de Operações e Projetos do Instituto Amazônia+21. A iniciativa é da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e das Federações da Indústria da Amazônia Legal.

Madeira nobre

Um dos programas que estarão sob a gestão de Sérgio Moreira é o Morar Amazônico. A iniciativa foi desenvolvida em parceria com a Caixa Econômica Federal, por meio do Fundo Socioambiental Caixa (FSA). O objetivo é provar que a indústria sustentável da madeira nativa manejada pode contribuir para soluções habitacionais de interesse social e fortalecer a cadeia produtiva da construção civil.

DEBATE CANDIDATOS AO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL



Mantendo a tradição, o Correio Braziliense promove debate com os principais concorrentes ao Palácio do Buriti. Em parceria com a TV Brasília, os nomes que disputam o voto dos brasilienses vão se reunir e apresentar aos cidadãos as propostas que vão nortear os rumos dos próximos quatro anos do Distrito Federal.

1 DE SETEMBRO A PARTIR DAS 21H

Leia o
QR Code e
saiba mais.



Apoio:



Realização:



Produção:

